



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002185-79.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Omni Sa Crédito Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Keila Cristina de Oliveira**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 27 de fevereiro de 2015, faço estes autos
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
 Dr. **MILTON COUTINHO GORDO**.
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 245/11

Vistos

Trata-se de **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO** com
 pedido liminar para reaver o veículo descrito a fls. 02,
 proposta pela **OMNI S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E**
INVESTIMENTO em face **KEILA CRISTINA DE OLIVEIRA**, todos
 devidamente qualificados.

A liminar pleiteada foi deferida a fls. 37
 e, na sequência, a busca e apreensão foi concretizada (fls.
 53).

Citada por edital (fls. 93/95), a requerida

0002185-79.2011.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

recebeu curadora especial que contestou por negativa geral (fls. 96-verso).

É o relatório.

DECIDO.

Objetiva, o requerente, que o Juízo profira sentença compelindo a requerida a entregar o veículo dado em alienação fiduciária consoante as disposições do contrato que segue a fls. 05 e ss.

Segundo dispõe o parágrafo 2º, do artigo 3º, do Decreto-lei nº 911/69, com alteração da Lei 10.931/04, o(a) ré(u) somente pode alegar na contestação **"o pagamento do débito vencido ou o cumprimento das obrigações contratuais"**, e sendo o pedido contestado ou não **"o juiz dará sentença de plano"** (v. Restiffe Neto, Garantia Fiduciária, 2ª Ed., RT 1976, nº 114, pág. 406). Na mesma direção encontram-se a Doutrina e a Jurisprudência (cf. p. ex., Moreira Alves, Da Alienação Fiduciária em Garantia, 2ª Ed. Forense, 1979, IV, 3, págs., 164 e 169; Orlando Gomes, Alienação Fiduciária em Garantia, 4ª ed., RT 1975, nº 94, págs. 128 e 129).

O não pagamento de qualquer das prestações avençadas implica no vencimento antecipado da totalidade do débito (Decreto-lei nº 911/69, atualizado pela Lei 10.931/04, art. 2º, parág. 3º, e art. 1º, parág. 7º c.c. o artigo 762, III, do Código Civil).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A mora é incontroversa. Não foi contestada pela curadora especial que veio aos autos apenas zelando pela observância ao princípio do contraditório; assim, sua defesa não tem força para impedir a procedência da ação.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para o fim de **TRANSFORMAR EM DEFINITIVA** a liminar concedida, confirmando-a, e **DECLARAR** consolidada a propriedade do bem em mãos da requerente, assim como sua posse plena e exclusiva.

Como a requerida não foi encontrada, deixo de condená-lo nas verbas de sucumbência.

P. R. I.

São Carlos, 02 de março de 2015.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**